

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2014	2013	
ATIVO			
CIRCULANTE	1.873.116	1.387.288	885.067
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	115.152	97.704	12.016
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	18.318	8.668	872.971
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a)	664.581	497.191	80
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17d)	81.947	115.132	
Valores a Receber (Nota 8)	972.459	666.112	
Outros Créditos	3.327	2.481	
Créditos Tributários (Nota 17c)	17.332	-	
NÃO CIRCULANTE	26.370.657	22.973.526	316.293
Realizável a Longo Prazo	2.646.628	1.976.244	16.655
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	290.413	657.308	299.638
Valores a Receber (Nota 8)	1.672.471	786.650	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17d)	378.760	306.106	
Depósitos Judiciais	218.026	148.214	
Créditos Tributários (Nota 17c)	86.958	77.966	
Investimentos (Nota 9)	23.683.824	20.957.077	
Intangível (Nota 10)	40.205	40.205	
TOTAL	28.243.773	24.360.814	28.243.773
			24.360.814

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	3.996.373	3.222.935	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9a)	3.758.366	3.112.558	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.996.373
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 15)	333.731	193.631	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	
Despesas Tributárias (Nota 13)	(94.770)	(82.117)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.758.366)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(954)	(1.137)	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(295.553)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.996.373	3.222.935	Lucro Líquido Ajustado	(57.546)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	17.915	11.606	(Aumento) em Ativos	(788.050)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.014.288	3.234.541	(Redução) em Obrigações	(2.025)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	0,56	0,47	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(847.621)
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	0,56	0,47	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	
			Alienação/(Aquisição) de Investimentos	381.610
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(218.000)
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	926.947
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.090.557
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	
			Aumento de Capital	611.900
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(837.388)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(225.488)
			(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.448
			Início do Exercício	97.704
			Fim do Exercício	115.152
			(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.448
				(597.328)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Lucro Líquido	4.014.288	3.234.541		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	179.136	(1.920.284)		
Total do Resultado Abrangente	4.193.424	1.314.257		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
Eventos	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados		Totais	
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	-	22.354.933
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	3.234.541	3.234.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.920.284)	-	(1.920.284)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.314.257
Aumento do Capital por Subscrição	616.300	-	-	-	-	-	616.300
Aumento do Capital Social com Reservas	1.283.700	(959.106)	(324.594)	-	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	161.727	2.148.642	-	-	(2.310.369)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	(924.172)	(924.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	(38.759)	-	23.361.318
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.014.288	4.014.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	179.136	-	179.136
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	4.193.424
Aumento do Capital por Subscrição	611.900	-	-	-	-	-	611.900
Aumento do Capital Social com Reservas	988.100	-	(988.100)	-	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	200.714	2.689.345	-	-	(2.890.059)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.124.229)	(1.124.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.200.000	509.963	13.106.547	85.526	140.377	-	27.042.413

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 7.

(iii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por impairment.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

i) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12d.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada com a soma do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 17.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 19.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. e da Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Depósito bancário (1)	59.946	61.342
Fundos de investimentos financeiros (2)	55.206	36.362
Total	115.152	97.704

(1) No país e no exterior; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Circulante		
Aplicação em Eurobonds (1)	18.318	8.668
Total	18.318	8.668

(1) Estes ativos são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado, enquadradas no Nível 2.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Aplicação em operações compromissadas (1)	290.413	657.308
Total	290.413	657.308

(1) Referem-se a operações compromissadas com Lastro em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do DI, com vencimento para junho de 2016.

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 3.758.366 (2013 - R\$ 3.112.558).
b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
				Banco Bradesco S.A. (1) (3)	38.100.000		82.465.756	15.314.943	1.001.377	507
Bradespar S.A. (1) (3)	4.100.000	8.937.995	101.483	44.883	301	12,93	1.155.366	1.167.806	8.589	9.627
Titanium Holdings S.A. (1)	314.000	685.565	75.113	37.056	-	50,00	342.783	304.724	37.556	29.325
NCF Participações S.A. (1)	4.299.354	6.449.092	537.816	843.212	-	39,51	2.547.991	2.302.559	212.392	184.950
Total							23.683.824	20.957.077	3.758.366	3.112.558

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2015, respectivamente.

10) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 40.205 (2013 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes do Banco Bradesco S.A. e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	205.605	79.144
Atualizações monetárias	16.159	8.852
Constituições, liquidações de reversões e baixas	77.874	117.609
No final do período	299.638	205.605

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	7.179.739.293	6.993.751.451
Total	7.179.739.293	6.993.751.451

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 31 de março de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 611.900, elevando-o de R\$ 11.600.000 para R\$ 12.211.900, mediante a subscrição de 185.987.842 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 29 de abril de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 988.100, elevando-o de R\$ 12.211.900 para R\$ 13.200.000, mediante a capitalização de saldo da conta Reserva de Lucros - Estatutária, sem emissão de ações.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 0,56 (2013 - R\$ 0,47), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.014.288	3.234.541
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.133.242	6.947.343
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,56	0,47

c) Reservas de lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e

(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2014, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro		% (1)
	R\$ mil		
Lucro líquido do exercício	4.014.288		
Reserva legal	(200.714)		
Base de cálculo	3.813.574		
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	1.124.229		
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(112.591)		
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	1.011.638		26,5
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2013	831.572		27,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
PIS	14.110	12.993
COFINS	64.990	59.846
Outras	15.670	9.278
Total	94.770	82.117

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Despesas de pessoal	302	302
Serviços prestados por terceiros	420	563
Editais e publicações	160	190
Outras	72	82
Total	954	1.137

15) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Rendimento de ativos financeiros	39.297	50.867
Variação cambial	9.326	11.700
Juros ativos, líquidos de juros passivos	285.108	131.064
Total	333.731	193.631

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	10	-
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman	59.941	-	61.332	-
Instrumentos financeiros:				
Debêntures - Bradesco Leasing S.A.	290.413	34.927	657.308	31.077
Eurobonds - Agência Bradesco Grand Cayman	18.318	(1.138)	8.668	(3.076)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia-

8) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	971.337	666.112
Contrato de mútuo (2)	1.122	-
Total	972.459	666.112
Não circulante		
Contratos de mútuo (3)	1.672.471	786.650
Total	1.672.471	786.650

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC;

(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016 e quitado em março de 2015; e

(3) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016.

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC;

(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016 e quitado em março de 2015; e

(3) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016.

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Valores a receber:				
NCF Participações S.A.	2.295.915	206.030	1.267.645	93.100
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	347.893	29.576	185.117	8.808
NCD Participações Ltda.	1.122	103	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber/ (pagar):				
Banco Bradesco S.A.	662.205	817.721	484.948	732.929
Titanium Holdings S.A.	357	-	279	-
NCF Participações S.A.	2.019	-	11.964	14.074
Bradespar S.A.	-	37.410	-	40.447
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(370.655)	(505.319)	(296.397)	(415.002)
Fundação Bradesco	(322.414)	(373.619)	(257.821)	(306.841)
Demais acionistas	(179.902)	(245.291)	(144.504)	(202.329)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Proventos	252	252
Encargos sociais	50	50
Total	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	3.996.373	3.222.935
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.358.767)	(1.095.798)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.277.844	1.058.270
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	382.238	314.219
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(290.745)	(267.734)
Outros	7.345	2.649
Imposto de renda e contribuição social do exercício	17.915	11.606

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Proventos	252	252
Encargos sociais	50	50
Total	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	3.996.373	3.222.935
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.358.767)	(1.095.798)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.277.844	1.058.270
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	382.238	314.219
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(290.745)	(267.734)
Outros	7.345	2.649
Imposto de renda e contribuição social do exercício	17.915	11.606

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

|--|

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEZEMBRO - Em Milhares de Reais	
	2014	2013	
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE	1.873.116	1.387.288	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	115.152	97.704	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17e)
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	18.318	8.668	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 12d)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a)	664.581	497.191	Outras Obrigações
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17d)	81.947	115.132	
Valores a Receber (Nota 8)	972.459	666.112	
Outros Créditos	3.327	2.481	NÃO CIRCULANTE
Créditos Tributários (Nota 17c)	17.332	-	Provisão para Impostos e Contribuições
NÃO CIRCULANTE	26.370.857	22.973.526	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)
Realizável a Longo Prazo	2.546.628	1.976.244	
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	290.413	657.308	
Valores a Receber (Nota 8)	1.672.471	786.650	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17d)	378.760	306.106	Capital Social (Nota 12a)
Depósitos Judiciais	218.026	148.214	Reservas de Lucros (Nota 12c)
Créditos Tributários (Nota 17c)	86.958	77.965	Outros Resultados Abrangentes
Investimentos (Nota 9)	23.683.824	20.957.077	
Intangível (Nota 10)	40.205	40.205	
TOTAL	28.243.773	24.360.814	TOTAL
			28.243.773
			24.360.814

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	3.996.373	3.222.935
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9a)	3.758.366	3.112.558
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 15)	333.731	193.631
Despesas Tributárias (Nota 13)	(94.770)	(82.117)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(954)	(1.137)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.996.373	3.222.935
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	17.915	11.606
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.014.288	3.234.541
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	0,56	0,47
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)	0,56	0,47

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido	4.014.288	3.234.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial	179.136	(1.920.284)
Total do Resultado Abrangente	4.193.424	1.314.257

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	22.354.933
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	3.234.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.920.284)	(1.920.284)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.314.257
Aumento do Capital por Subscrição	616.300	-	-	-	-	616.300
Aumento do Capital Social com Reservas	1.283.700	(959.106)	(324.594)	-	-	-
Destinações - Reservas	-	161.727	2.148.642	-	(2.310.369)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(924.172)	(924.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	(38.759)	23.361.318
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.014.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	179.136	179.136
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	4.193.424
Aumento do Capital por Subscrição	611.900	-	-	-	-	611.900
Aumento do Capital Social com Reservas	988.100	-	(988.100)	-	-	-
Destinações - Reservas	-	200.714	2.689.345	-	(2.890.059)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.124.229)	(1.124.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.200.000	509.963	13.106.547	85.526	140.377	27.042.413

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos ativos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Empréstimos e Recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 7.

(iii) Classificação por nível hierárquico
Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.

f) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis está apresentada na Nota 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• **Provisões:** são o reconhecimento em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos nos critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

i) Patrimônio líquido
(1) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

9) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 3.758.366 (2013 - R\$ 3.112.558).
b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)
				ON	PN		31.12.2014	31.12.2013	
Banco Bradesco S.A. (1) (3)	38.100.000	82.465.756	15.314.943	1.001.377	507	23,81	19.637.684	17.181.988	3.499.829
Bradespar S.A. (1) (3)	4.100.000	8.937.995	101.483	44.883	301	12,83	1.155.366	1.167.806	(9.627)
Titanium Holdings S.A. (1)	314.000	685.965	75.113	37.056	-	50,00	342.783	304.724	37.556
NCF Participações S.A. (1)	4.299.354	6.449.092	537.816	843.212	-	39,51	2.547.991	2.302.559	212.392
Total							23.683.824	20.957.077	3.758.366

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2013, respectivamente.

10) INTANGÍVEL
O intangível corresponde ao ágio de R\$ 40.205 (2013 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes do Banco Bradesco S.A. e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	205.605	79.144
Atualizações monetárias	16.159	8.852
Constituições, liquidas de reversões e baixas	77.874	117.609
No final do período	299.638	205.605

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	3.996.373	3.222.935
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.996.373	3.222.935
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.758.366)	(3.112.558)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(295.553)	(156.722)
Lucro Líquido Ajustado	(57.546)	(46.345)
(Aumento) em Ativos	(788.050)	(233.437)
(Redução) em Obrigações	(2.025)	(36.228)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(847.621)	(316.010)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação(Aquisição) de Investimentos	381.610	(724.366)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(218.000)	(196.000)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	926.947	854.359
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.090.557	(66.007)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital	611.900	616.300
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(837.388)	(831.611)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(225.488)	(215.311)
(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.448	(597.328)
Início do Exercício	97.704	695.032
Fim do Exercício	115.152	97.704
(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.448	(597.328)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	22.354.933
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	3.234.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.920.284)	(1.920.284)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.314.257
Aumento do Capital por Subscrição	616.300	-	-	-	-	616.300
Aumento do Capital Social com Reservas	1.283.700	(959.106)	(324.594)	-	-	-
Destinações - Reservas	-	161.727	2.148.642	-	(2.310.369)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(924.172)	(924.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	(38.759)	23.361.318
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.014.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	179.136	179.136
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	4.193.424
Aumento do Capital por Subscrição	611.900	-	-	-	-	611.900
Aumento do Capital Social com Reservas	988.100	-	(988.100)	-	-	-
Destinações - Reservas	-	200.714	2.689.345	-	(2.890.059)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-		

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado e
(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2014, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	4.014.288	
Reserva legal.....	(200.714)	
Base de cálculo.....	3.813.574	
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados.....	1.124.229	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2).....	(112.591)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014.....	1.011.638	26,5
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2013.....	831.572	27,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
PIS.....	14.110	12.993
COFINS.....	64.990	59.846
Outras.....	15.670	9.278
Total.....	94.770	82.117

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Despesas de pessoal.....	302	302
Serviços prestados por terceiros.....	420	563
Ediais e publicações.....	160	190
Outras.....	72	82
Total.....	954	1.137

15) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Rendimento de ativos financeiros.....	39.297	50.867
Varição cambial.....	9.326	11.700
Juros ativos, líquidos de juros passivos.....	285.106	131.064
Total.....	333.731	193.631

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.....	5	-	10	-
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman.....	59.941	-	61.332	-
Instrumentos financeiros:				
Debêntures - Bradesco Leasing S.A.....	290.413	34.927	657.308	31.077
Eurobonds - Agência Bradesco Grand Cayman.....	18.318	(1.138)	8.668	(3.076)

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Valores a receber:				
NCF Participações S.A.....	2.295.915	206.030	1.287.645	93.100
Nova Cidade de Deus Participações S.A.....	347.893	29.576	185.117	8.808
NCD Participações Ltda.....	1.122	103	-	-

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber(pagar):				
Banco Bradesco S.A.....	662.205	817.721	484.948	732.929
Titanium Holdings S.A.....	357	-	279	-
NCF Participações S.A.....	2.019	-	11.964	14.074
Bradespar S.A.....	-	37.410	-	40.447
Nova Cidade de Deus Participações S.A.....	(370.655)	(505.319)	(296.397)	(415.002)
Fundação Bradesco.....	(322.414)	(373.619)	(257.821)	(306.841)
Demais acionistas.....	(179.902)	(245.291)	(144.504)	(202.329)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Proventos.....	252	252
Encargos sociais.....	50	50
Total.....	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	3.996.373	3.222.935
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(1.358.767)	(1.095.798)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	1.277.844	1.058.270
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar.....	382.238	314.219
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(290.745)	(267.734)
Outros.....	7.345	2.649
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	17.915	11.606

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(8.409)	(13.442)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias.....	26.606	40.230
Realização no exercício sobre prejuízo e base negativa.....	(282)	(15.182)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	17.915	11.606

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro		
	2013	Constituição	Realização
Provisões fiscais.....	55.477	26.894	288
Outras provisões.....	16	-	-
Total dos créditos tributários.....	55.493	26.894	288
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	22.473	-	282
Total dos créditos tributários, líquidos.....	77.966	26.894	570
Obrigações fiscais diferidas.....	8.447	8.879	671
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	69.519	18.015	(101)

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 22.470 (2013 - R\$ 22.478).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 81.947 (2013 - R\$ 115.132) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 378.760 (2013 - R\$ 306.106) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, imposto retido na fonte sobre aplicações em debêntures, e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 12.016 (2013 - R\$ 86.627), referem-se a IRRF a recolher sobre juros sobre o capital próprio R\$ 969 (2013 - R\$ 76.876), provisão sobre o parcelamento da anista R\$ 10.308 (2013 - R\$ 9.560), IOF R\$ 708 (2013 - R\$ 191) e outras obrigações a recolher sobre prestação de serviços R\$ 31.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 5 de janeiro de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 775.200, mediante a subscrição de 212.967.032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 3.640,00 por lote de 1.000 ações, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Membros	DIRETORIA
Presidente	Antônio Bormia	Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão	Mário da Silveira Teixeira Júnior	Lázaro de Mello Brandão
Vice-Presidente	Denise Aguiar Alvarez	Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Luiz Carlos Trabuco Cappi
	Milton Matsumoto	Diretores
	José Alcides Munhoz	Antônio Bormia
	Domingos Figueiredo de Abreu	João Aguiar Alvarez
	Aurélio Conrado Boni	Denise Aguiar Alvarez
	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente	
	Marco Antonio Rossi	
	Alexandre da Silva Glúther	
	Josué Augusto Pancini	
	Maurício Machado de Minas	
	Lia Maria Aguiar	
	Lina Maria Aguiar	Marcos Aparecido Galende
	Maria Angela Aguiar	Contador - CRC 1SP201309/O-6

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 23 de abril de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1